

TARUMÃ PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ nº 44.948.549/0001-88 - NIRE nº 17300009539

ATA DA 1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA
Realizada em 11 de julho de 2023

I) DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA: Assembleia realizada aos 11 (onze) dias do mês de julho do ano de 2023, às 08:00 horas, na sede da companhia, na Rua ASR SE 15 Rua SR 9, nº 51, CONJ 14 LOTE 25, Plano Diretor Sul, Palmas - TO, CEP: 77.020-178.

PRESENÇA E CONVOCAÇÃO: **JULIANO MENDES DOS SANTOS**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 4041988025 SSP/RS, expedida em 01/11/2011, nascido aos 27/11/1973, filho de Júlio Conceição Pires dos Santos e Dilma Dóris Mendes dos Santos, natural de Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CPF sob nº 658.088.000-72, residente e domiciliado na Loteamento Residencial Polinesia, S/N, Quadra 03, Lote 11E, Loteamento Residencial Polinesia, na cidade de Palmas - TO, CEP 77.003-002 e **GISLAINE KIEFER SANTOS**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº 104.8321283 SSP/RS, expedida em 18/07/2008, nascida aos 13/12/1974, filha de Aldo Alfredo Kefer e Elonia Sonia Schmidt Kiefer, natural de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CPF sob nº 957.304.270-34, residente e domiciliada na Loteamento Residencial Polinesia, S/N, Quadra 03, Lote 11E, Loteamento Residencial Polinesia, na cidade de Palmas - TO, CEP 77.003-002. Dispensada a convocação formal em razão da presença dos acionistas que representam a totalidade do capital social da companhia (§4º, do art. 124, da Lei nº 6.404/76). Na qualidade de assistente jurídico, o advogado **FÁBIO ROGÉRIO MARÇAL**, regularmente inscrito na OAB/MT sob o nº. 12.492-B, CPF nº 158.880.818-17, com escritório profissional na Alameda Arne 12, Alameda 2, H.M., Lote 04, Edif. Palmas Business Center, Sala 806, Bairro Plano Diretor Norte, na cidade de Palmas - TO, CEP 77.006-054.

II) MESA DIRETORA DOS TRABALHOS: Por aclamação dos presentes foram nomeados Presidente e Secretária da Assembleia, respectivamente, os acionista **JULIANO MENDES DOS SANTOS** e **GISLAINE KIEFER SANTOS**.

III) ORDEM DO DIA: O Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, informando que a ordem do dia é composta pelos seguintes itens: (1) Integralização de bens ao capital social da companhia e alteração do Estatuto Social; (2) Outorga Uxória e concordância de acionista e outros assuntos de interesse da companhia.

IV) DELIBERAÇÕES: **(1)** O Presidente declarou instalada a Assembleia Geral para deliberar sobre a integralização de bens imóveis ao capital social da sociedade por ações, de capital fechado, denominada **TARUMÃ PARTICIPAÇÕES S/A**, que será regida pelas disposições da Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976, e suas alterações.

O Presidente esclareceu que serão integralizadas pelo acionista **JULIANO MENDES DOS SANTOS**, já qualificado, a quantia de 2.582.499 (dois milhões e quinhentas e oitenta e duas mil e quatrocentas e noventa e nove) ações ordinárias nominativas e 2.582.499 (dois milhões e quinhentas e oitenta e duas mil e quatrocentas e noventa e nove) ações preferenciais nominativas, com o preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 5.164.998,00 (cinco milhões e cento e sessenta e quatro mil e novecentos e noventa e oito reais), integralizadas por meio de bens imóveis, conforme lista a seguir e Laudo de Avaliação em anexo III a esta ata:

Bens integralizados por JULIANO MENDES DOS SANTOS:

1 - 50% (cinquenta por cento) do imóvel urbano denominado como Lote urbano edificado no Loteamento Águas do Sauipe-Parque Ecológico, localizado a Quadra K- 07 nº 1-B, Av. 27 na cidade de Entre Rios/Bahia com 4027,50m²; data da aquisição: 27/01/2022, registrada a MATRÍCULA n. 2242, Livro 2-H, Folha 300. Valor de integralização R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

2 - 50% de Imóvel rural, área de terras rurais constituída da Gleba Morros, na Data Morros, localizado na cidade de Alto Parnaíba/MA, com área total de 400 ha, data de aquisição: 18/01/2022. Registrado a matricula n. 3793. Valor de integralização R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

3 - 25% de Imóvel rural, área de terras rurais constituída das glebas Cabeceiras, Grota D'água, Cabeceira do Guido, Gleba Macaúbas, Pau D' Arco morros, na Data Sossego, localizado na cidade de Alto Parnaíba/Maranhão perfazendo uma área total de 3.900,00 HA, data de aquisição- 30/03/2020. Registrado as matriculas n. 1290,4054,4053,4052 e 4055, no Livro n. 02 de Registro Geral. Valor de integralização R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

4 - 50% de Imóvel rural, área de terras rurais constituída da gleba morros, na Data Morros, localizado na cidade de Alto Parnaíba/Maranhão com área total de 1.027,4683 HA, data de aquisição- 12/11/2021. Registrado a matricula n. 3561. Valor de integralização R\$ 2.804.998,00 (dois milhões e oitocentos e quatro mil e novecentos e noventa e oito reais).

Em decorrência da integralização e subscrição de capital em bens, o Presidente informou da necessidade de nomear peritos para procederem a elaboração do Laudo de Avaliação dos respectivos bens. Foram colocados em discussão os nomes dos Peritos, tendo sido indicados: **ALINE FRESCHI**, brasileira, contadora, portadora da Carteira de Identidade Profissional CRC/MT sob o nº 013514/O-3, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso, inscrito no CPF sob o nº 958.813.011-53, com endereço profissional na Rua Projetada, nº 04, Quadra 05 Lote 12, Reserva Celeste, na cidade de Sinop-MT, CEP 78.550-140; **WILLDENNER OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da carteira de Identidade Profissional CRC/MT sob nº 021316/O-1, Expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso, inscrito no CPF sob nº 015.263.172-06, residente e domiciliado na Rua Arco Iris, nº 28, Jardim Novo Horizonte, na cidade de Sinop - MT, CEP 78.553-456; **DANILO GONÇALVES GOLIN**, brasileiro, solteiro, contador, portador da Carteira de Identidade Profissional CRC/MT sob o nº 020789/O-5, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso, inscrito no CPF sob o nº

051.142.851-06, com endereço profissional na Rua Elisa Bortolozo, nº 2113, Jardim Boa Esperança, na cidade de Sinop – MT, CEP 78.553-843.

Realizada a votação e com a aprovação unânime de todos, eles foram introduzidos no local da Assembleia, aceitaram a incumbência e foram nomeados. Na sequência, solicitaram o prazo de até 1 (um) dia para elaboração do competente Laudo de Avaliação. Face ao tempo requerido e com a concordância de todos os acionistas, a Assembleia foi suspensa pelo tempo solicitado. Decorrido o prazo, foram retomados os trabalhos no mesmo dia, 11 de julho de 2023, às 17:00 horas, com a presença dos mesmos acionistas, do assistente jurídico e peritos e, reaberta a sessão, foi colocado em discussão, exame e votação, o Laudo de Avaliação elaborado pelos peritos. Examinados os documentos, esclarecido que foram obedecidos estritamente os preceitos estabelecidos no artigo 8, da Lei nº 6.404/76, sendo que o critério usado para avaliação foi o custo de aquisição dos direitos classificados como imobilizado registrado nas Matrículas, conforme dispõe o art. 23 da Lei nº 9.249/95, por fim, em cumprimento ao critério de avaliação disposto no art. 183, V, da Lei nº 6.404/76. Assim, o Laudo foi aprovado pelos acionistas em unanimidade, permanecendo arquivado na sede da companhia e anexo III desta Ata.

Após a integralização altera-se o art. 5 do Estatuto Social da Companhia, passando a conter o seguinte texto:

“Art. 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 5.194.998,00 (cinco milhões e cento e noventa e quatro mil e novecentos e noventa e oito reais), em moeda corrente nacional e bens, dividido em 2.597.499 (dois milhões e quinhentas e noventa e sete mil e quatrocentas e noventa e nove) ações ordinárias nominativas e 2.597.499 (dois milhões e quinhentas e noventa e sete mil e quatrocentas e noventa e nove) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma.”

(2) Para efeitos de outorga uxória, em observância à disposição do inciso III do artigo 1.647 do Código Civil, o acionista **JULIANO MENDES DOS SANTOS**, com outorga uxória de sua esposa **GISLAINE KIEFER SANTOS**, já qualificada acima. Todos acionistas dão total concordância com a integralização e aumento de capital neste ato. Ainda, dada a oportunidade aos demais sobre outros assuntos, não houve manifestação;

V) ANEXOS: I -Estatuto Social da companhia TARUMÃ PARTICIPAÇÕES S/A; II - Lista de Subscrição das ações; III – Laudo de Avaliação;

VI) ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, depois de franqueada a palavra aos representantes e não havendo qualquer manifestação, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

VII) CERTIDÃO: Certifico que o presente documento é cópia fiel da Ata que se encontra lavrada no Livro de Registro de Atas da companhia.

Palmas - TO, 11 de julho de 2023.

JULIANO MENDES DOS SANTOS
Assinado digitalmente

GISLAINE KIEFER SANTOS
Assinado digitalmente

FABIO ROGERIO MARÇAL
OAB/MT n° 12.492-B
Assinado digitalmente

TARUMÃ PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ nº 44.948.549/0001-88 - NIRE nº 17300009539

ANEXO I - ATA DA 1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM 11/07/2023

ESTATUTO SOCIAL

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

Art. 1º - TARUMÃ PARTICIPAÇÕES S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída, que se rege por este Estatuto e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º - A companhia tem sede e foro Rua ASR SE 15 Rua SR 9, nº 51, CONJ 14 LOTE 25, Plano Diretor Sul, Palmas - TO, CEP: 77.020-178, podendo criar, instalar e encerrar filiais, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, onde for de seu interesse, mediante deliberação da Diretoria.

Art. 3º - A sociedade tem por objeto social: Holding de instituições não financeiras.

Art. 4º - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

Parágrafo único - O término do exercício social dar-se-á sempre no dia 31 de dezembro de cada ano.

CAPITAL SOCIAL

Art. 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 5.194.998,00 (cinco milhões e cento e noventa e quatro mil e novecentos e noventa e oito reais), em moeda corrente nacional e bens, dividido em 2.597.499 (dois milhões e quinhentas e noventa e sete mil e quatrocentas e noventa e nove) ações ordinárias nominativas e 2.597.499 (dois milhões e quinhentas e noventa e sete mil e quatrocentas e noventa e nove) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma .

AÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAIS

Art. 6º - Cada ação ordinária confere a seu titular um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

Art. 7º - As ações preferenciais não terão direito a voto e conferirão a seus titulares (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na proporção de sua participação no capital social, em caso de liquidação da Sociedade e (ii) dividendo 10% (dez por cento) superior ao atribuído às ações ordinárias, não cumulativos.

Art. 8º - As ações da Companhia são nominativas e a sua propriedade presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro "Registro de Ações Nominativas" e a Companhia somente emitirá certificados de ações a requerimento do acionista, devendo serem cobrados estes os respectivos custos.

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Art. 9º - As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão, ordinariamente, no prazo da Lei n. 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que o exigirem os interesses sociais, sendo permitida a realização simultânea de Assembleias Geral ordinária e extraordinária.

Parágrafo único - A Assembleia Geral poderá ser realizada com a presença física de seus acionistas ou pela utilização de vídeo conferências.

Art. 10 - À Assembleia Geral compete as atribuições que lhe são conferidas pela Lei n. 6.404/76, bem como a deliberação acerca dos seguintes temas:

- (i) Aumento de capital da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias;
- (ii) Criação de nova classe ou espécie de ação na Companhia ou em qualquer de suas subsidiárias, ou qualquer alteração nos direitos e privilégios das ações existentes na Companhia ou em qualquer de suas subsidiárias;
- (iii) Alteração deste Estatuto Social ou do Estatuto ou Contrato Social de qualquer das subsidiárias da Companhia, excetuadas as alterações exigidas por lei ou pela regulamentação da CVM;
- (iv) Fusão, cisão, incorporação ou outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias;
- (v) Oferta pública ou privada de ações ou de qualquer valor mobiliário que conceda a seu titular o direito de adquirir ações de emissão da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias;
- (vi) Alienação da totalidade ou de parcela significativa dos ativos da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, excetuada a venda de direitos de crédito integrantes da carteira da Companhia;
- (vii) Dissolução ou liquidação voluntária da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias;
- (viii) Pedido de Auto falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e celebração de acordo com credores para renegociação de dívidas realizadas pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias;
- (ix) Redução de capital da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias;
- (x) Resgate de ações de emissão da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias;
- (xi) Proposta para o Conselho de Administração relativa a qualquer outra forma de recompra de ações de emissão da Companhia, bem como a posterior revenda de ações de emissão da Companhia por ela adquiridas ou adquiridas por qualquer de suas subsidiárias;
- (xii) Distribuição de dividendos pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias em volume superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual da Companhia ou da subsidiária em questão, ajustado nos termos da lei;
- (xiii) Prestação de garantia, contratação de dívida ou concessão de empréstimo pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias;
- (xiv) Constituição de penhor ou qualquer outro ônus sobre ações de emissão da Companhia ou sobre ações ou quotas de qualquer das suas subsidiárias;
- (xv) Definição ou substituição dos auditores independentes da Companhia;
- (xvi) Alteração na estrutura administrativa da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias incluindo, sem limitação, alteração do número de membros do Conselho de Administração e/ou da Diretoria e dos procedimentos e critérios adotados para eleição dos respectivos membros;
- (xvii) Alteração na política de remuneração dos administradores da Companhia ou de

qualquer das suas subsidiárias;

(xviii) Início, pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias, de qualquer nova atividade ou linha de negócio;

(xix) Aquisição, desinvestimento ou aumento da participação detida pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias no capital social de qualquer sociedade (inclusive aquelas de cujo capital a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias já participe), bem como a participação em qualquer joint venture, associação ou negócio jurídico similar;

(xx) Aprovação do plano de negócios da Companhia, bem como de qualquer alteração no referido plano;

(xxi) Alteração dos critérios e práticas contábeis adotadas pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias, excetuadas as alterações exigidas por lei ou pela regulamentação da CVM; e

(xxii) Aprovação de plano de opção de compra de ações ou similar destinado aos administradores da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias.

Parágrafo único - Para os fins deste Art. 10, considera-se subsidiária qualquer sociedade na qual a Companhia detenha, direta ou indiretamente, direitos de sócio que lhe assegurem preponderância nas deliberações sociais.

Art. 11 - As Assembleias Gerais serão convocadas e instaladas na forma da Lei n. 6.404/76. As deliberações, exceto nos casos previstos em lei ou neste Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia, serão tomadas pelo voto de acionistas representando a maioria absoluta dos presentes.

§ 1º - As Assembleias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, serão presididas pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, por outro Diretor por ele indicado, ou, na ausência de ambos, por acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. O Presidente da Assembleia Geral deverá indicar, dentre os presentes, um secretário.

§ 2º - Somente poderão tomar parte e votar nas Assembleias Gerais os acionistas cujas ações estejam registradas nas respectivas contas de depósito das ações escriturais, abertas em seu nome pela instituição financeira depositária com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data designada para realização da referida Assembleia Geral. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador, nos termos da Lei n. 6.404/76, mediante procuração com poderes específicos, a qual ficará arquivada na sede da Companhia.

Art. 12 - Nas deliberações da Assembleia Geral serão obrigatoriamente observadas as previsões dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. O Presidente da Assembleia Geral não computará os votos proferidos com infração às disposições de tais acordos de acionistas.

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 13 A sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita para um período de três anos, podendo ser reeleita conjunta ou separadamente.

§ 1º - O mandato dos administradores estende-se até a investidura dos novos eleitos e no caso de vacância em qualquer cargo de Diretor, será convocada Assembleia Geral Extraordinária dentro de 30 (trinta) dias da data da vacância.

§ 2º - Em caso de destituição ou renúncia dos diretores, a própria Assembleia que tomar tal

deliberação, elegerá, caso necessário, sua substituta pelo tempo faltante ao término do mandato da diretoria.

§ 3º - Ocorrendo impedimento ocasional ou licença dos diretores, o Diretor Presidente providenciará a distribuição de suas funções entre os demais diretores, até que o mesmo assuma suas funções ou a Assembleia Geral eleja seu substituto.

§ 4º - Os Diretores poderão exercer cumulativamente as outras atribuições executivas da Companhia, sendo que um Diretor poderá acumular o cargo de mais de uma diretoria.

Art. 14 A Assembleia Geral dos acionistas fixará anualmente o montante global ou individual da remuneração dos membros da Diretoria, dentro do critério do art. 152 e seus parágrafos, da Lei 6.404/76.

Parágrafo único - no caso de substituição no decurso do mandato, a Assembleia Geral poderá fixar os honorários dos novos diretores em valores diferentes dos que vinham sendo pagos ou creditados aos substituídos, se tal for exigido por razões de mercado, e se for o caso, na mesma oportunidade se fará reajuste dos vencimentos das demais diretorias.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 15 - O conselho de administração, por ora não será composto, podendo vir a ser instalado a qualquer tempo e eleitos seus membros pela Assembleia Geral, com atribuições previstas em lei.

DIRETORIA

Art. 16 - A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 05 (cinco) diretores, acionistas ou não, residentes no país, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designação específica.

Parágrafo único - A Diretoria tem poderes restritos de administração e gestão dos negócios sociais, podendo deliberar sempre em conjunto, por meio de Assembleia Geral, sobre quaisquer matérias relacionadas com o objeto social.

Art. 17 - A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que, por lei ou pelo presente Estatuto Social.

Art. 18 - Compete à Diretoria, sem prejuízo das demais competências estabelecidas pelo presente Estatuto Social ou pela Assembleia Geral:

- (i) Representar, judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente, a Companhia;
- (ii) Praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou neste Estatuto Social;
- (iii) Zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social;
- (iv) Coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleia Geral, nas Reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões;
- (v) Administrar e superintender os negócios sociais;
- (vi) Contratação de dívida pela Companhia ou por qualquer das suas subsidiárias, em uma única transação ou em uma série de transações realizadas, que as envolvam em obrigações referentes a negócios e operações relativas ao objeto social das mesmas.

Art. 19 - O Diretor Presidente da Companhia terá poderes específicos para:

- (i) Dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos outros Diretores;
- (ii) Coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia bem como sua apresentação aos acionistas;
- (iii) Definição ou substituição dos auditores independentes da Companhia;
- (iv) Supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal;
- (v) Prospectar os negócios relacionados com o objeto social da Companhia;
- (vi) Administrar o relacionamento da Companhia com os originadores de créditos imobiliários;
- (vii) Coordenar, administrar, dirigir e supervisionar toda a área contábil e financeira da Companhia;
- (viii) Administrar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras, exceto no que diz respeito à distribuição pública de títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Art. 20 - Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a Companhia será representada pelos membros da Diretoria ou do Conselho de Administração em conjunto ou isoladamente, e a eles cabem a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, o uso da denominação social ou firma em negócios estranhos aos fins sociais ou assumir obrigações seja em favor de qualquer acionista ou de terceiros.

§ 1º - No limite de suas atribuições, o Diretor Presidente, poderá constituir mandatários ou procuradores em nome da Companhia para representá-lo nas práticas de sua competência, especificando detalhadamente no instrumento de procuração os atos que poderão praticar e o prazo de duração.

§ 2º - O Diretor Presidente, está autorizado, alienar e adquirir bens móveis e imóveis, bem como a constituição de ônus sobre os mesmos, contratar financiamentos e empréstimos com bancos e instituições de crédito, podendo para tanto, dar em garantia hipotecária ou pignoratícia os bens móveis ou imóveis da companhia, assinando os respectivos contratos, cédulas, escrituras e outros documentos.

§ 3º - Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósitos bancários, emissão de cheques e outros títulos cambiais, a Companhia será representada, conjuntamente ou isoladamente, por seus diretores.

§ 4º - A Diretoria reunir-se-á sempre que os negócios e interesses sociais o exigirem, na sede social, ou em qualquer outra localidade escolhida pela Diretoria, ou mediante videoconferência, conferência portelefone ou pela rede mundial de computadores, ou por qualquer forma informada de convocação, desde que consignando em livro próprio o que for deliberado na ocasião.

§ 5º - As deliberações serão tomadas com a presença da maioria de seus membros, por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

§ 6º - É permitido aos Diretores, em nome da Companhia prestar aval, fiança ou oferecer garantias pessoais em favor de terceiros. Não se incluem na proibição os atos que forem praticados em benefício ou a favor da própria Companhia, suas associadas, coligadas, controladas ou quaisquer sociedades nas quais a Companhia e seus acionistas detenham participação.

CONSELHO FISCAL

Art. 21 - O Conselho Fiscal, por ora não será composto, podendo vir a ser instalado a qualquer tempo e eleitos seus membros pela Assembleia Geral, com atribuições previstas em lei.

EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Art. 22 - O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 23 - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas pela Lei nº 6.404/76, as quais, em conjunto, deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício.

Parágrafo único - A Diretoria poderá levantar balanços mensais, trimestrais e semestrais, observadas as disposições legais.

Art. 24 - Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

§ 1º - Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 2º - Do saldo restante, feitas as deduções e destinações referidas nos artigos acima, será distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado de acordo com o Art. 202 da Lei n. 6.404/76.

§ 3º - O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Art. 25 - A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limite estabelecidos em lei, imputando-os ao dividendo mínimo obrigatório.

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 26 - A Companhia será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contando da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

Art. 28 - A Companhia observará os acordos de acionistas eventualmente existentes e registrados na forma do art. 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à respectiva administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos.

Art. 29 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei n. 6.404/76, pelas leis e regulamentos específicos sobre o tipo societário e demais normas da legislação pertinente e pela deliberação da Assembleia Geral, nas matérias que lhe caiba livremente decidir.

FORO

Art. 30 - Fica eleito o foro da Comarca de Palmas - TO como único competente para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Estatuto Social, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Palmas - TO, 11 de julho de 2023.

JULIANO MENDES DOS SANTOS

Assinado digitalmente

GISLAINE KIEFER SANTOS

Assinado digitalmente

Fábio Rogério Marçal

OAB/MT 12.492-B

TARUMÃ PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ nº 44.948.549/0001-88 - NIRE nº 17300009539

ANEXO II - ATA DA 1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM 11/07/2023

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Nome do Acionista	Ações ordinárias	Ações preferênciais	Valor Integralizado
JULIANO MENDES DOS SANTOS , brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 4041988025 SSP/RS, expedida em 01/11/2011, nascido aos 27/11/1973, filho de Júlio Conceição Pires dos Santos e Dilma Dóris Mendes dos Santos, natural de Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CPF sob nº 658.088.000-72, residente e domiciliado na Loteamento Residencial Polinesia, S/N, Quadra 03, Lote 11E, Loteamento Residencial Polinesia, na cidade de Palmas - TO, CEP 77.003-002.	2.582.499	2.582.499	R\$ 5.164.998,00

Palmas - TO, 11 de julho de 2023.

JULIANO MENDES DOS SANTOS
Acionista

TARUMÃ PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ nº 44.948.549/0001-88 - NIRE nº 17300009539

LAUDO DE AVALIAÇÃO

ALINE FRESCHI, brasileira, contadora, portadora da Carteira de Identidade Profissional CRC/MT sob o nº 013514/O-3, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso, inscrito no CPF sob o nº 958.813.011-53, com endereço profissional na Rua Projetada, nº 04, Quadra 05 Lote 12, Reserva Celeste, na cidade de Sinop-MT, CEP 78.550-140.

WILLDENNER OLIVEIRA SILVA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da carteira de Identidade Profissional CRC/MT sob nº 021316/O-1, Expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso, inscrito no CPF sob nº 015.263.172-06, residente e domiciliado na Rua Arco Íris, nº 28, Jardim Novo Horizonte, na cidade de Sinop - MT, CEP 78.553-456.

DANILO GONÇALVES GOLIN, brasileiro, solteiro, contador, portador da Carteira de Identidade Profissional CRC/MT sob o nº 020789/O-5, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso, inscrito no CPF sob o nº 051.142.851-06, com endereço profissional na Rua Elisa Bortolozo, nº 2113, Jardim Boa Esperança, na cidade de Sinop - MT, CEP 78.553-843.

Em 11 de julho de 2023, os profissionais acima qualificados foram nomeados peritos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Capital Fechado denominada TARUMÃ PARTICIPAÇÕES S/A, aceitaram a incumbência de elaborar o Laudo de Avaliação dos bens a seguir descritos, pelo que ao final firmam o presente.

1. DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA - foram apresentados para elaboração os seguintes documentos:

(I) Cópia das Matrículas dos imóveis em nome de JULIANO MENDES DOS SANTOS, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 4041988025 SSP/RS, expedida em 01/11/2011, nascido aos 27/11/1973, filho de Júlio Conceição Pires dos Santos e Dilma Dóris Mendes dos Santos, natural de Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CPF sob nº 658.088.000-72, residente e domiciliado na Loteamento Residencial Polinesia, S/N, Quadra 03, Lote 11E, Loteamento Residencial Polinesia, na cidade de Palmas - TO, CEP 77.003-002.

(II) Guia de Imposto de Renda Pessoa Física IRPF em nome de JULIANO MENDES DOS SANTOS.

Onde constam declarados os bens imóveis abaixo transcritos conforme cópias das matrículas apresentadas.

2. DO MÉTODO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ADOTADOS - foram obedecidos estritamente os preceitos estabelecidos no artigo 8º, da Lei 6.404/76, sendo que o critério usado para avaliação foi o custo de aquisição dos direitos classificados como imobilizado registrado nas Matrículas, conforme faculta o art. 23 da Lei 9.249/95, por fim, em cumprimento ao critério de avaliação disposto no art. 183, inciso V, da Lei 6.404/76.

3. DAS AVALIAÇÕES

Valor contábil total: R\$ 5.164.998,00 (cinco milhões e cento e sessenta e quatro mil e novecentos e noventa e oito reais).

BENS IMÓVEIS AVALIADOS:

1 - 50% (cinquenta por cento) do imóvel urbano denominado como Lote urbano edificado no Loteamento Águas do Sauipe-Parque Ecológico, localizado a Quadra K- 07 nº 1-B, Av. 27 na cidade de Entre Rios/Bahia com 4027,50m²; data da aquisição: 27/01/2022, registrada a MATRÍCULA n. 2242, Livro 2-H, Folha 300. Valor de integralização R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

2 - 50% de Imóvel rural, área de terras rurais constituída da Gleba Morros, na Data Morros, localizado na cidade de Alto Parnaíba/MA, com área total de 400 ha, data de aquisição: 18/01/2022. Registrado a matrícula n. 3793. Valor de integralização R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

3 - 25% de Imóvel rural, área de terras rurais constituída das glebas Cabeceiras, Grota D'água, Cabeceira do Guido, Gleba Macaúbas, Pau D' Arco morros, na Data Sossego, localizado na cidade de Alto Parnaíba/Maranhão perfazendo uma área total de 3.900,00 HA, data de aquisição- 30/03/2020. Registrado as matrículas n. 1290,4054,4053,4052 e 4055, no Livro n. 02 de Registro Geral. Valor de integralização R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

4 - 50% de Imóvel rural, área de terras rurais constituída da gleba morros, na Data Morros, localizado na cidade de Alto Parnaíba/Maranhão com área total de 1.027,4683 HA, data de aquisição- 12/11/2021. Registrado a matrícula n. 3561. Valor de integralização R\$ 2.804.998,00 (dois milhões e oitocentos e quatro mil e novecentos e noventa e oito reais).

Assim, examinados todos os documentos, efetuadas as verificações de praxe sobre a autenticidade dos documentos apresentados, concluímos e firmamos o presente, do que damos fé.

Palmas - TO, 11 de julho de 2023.

ALINE FRESCHI
CRC/MT nº 013514/O-3
Assinado digitalmente

DANILO GONÇALVES GOLIN
CRC/MT nº 020789/O-5
Assinado digitalmente

WILLDENNER OLIVEIRA SILVA
CRC/MT nº 021316/O-1
Assinado digitalmente



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa TARUMA PARTICIPACOES S/A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01526317206	WILLDENNER OLIVEIRA SILVA
05114285106	DANILO GONCALVES GOLIN
15888081817	FABIO ROGERIO MARCAL
65808800072	JULIANO MENDES DOS SANTOS
95730427034	GISLAINE KIEFER SANTOS
95881301153	ALINE FRESCHI

CERTIFICO O REGISTRO EM 07/03/2024 08:08 SOB N° 20240159756.
PROTOCOLO: 240159756 DE 06/03/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12403231836. CNPJ DA SEDE: 44948549000188.
NIRE: 17300009539. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 07/03/2024.
TARUMA PARTICIPACOES S/A



ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.to.gov.br